

Denunciados perdem os cargos

Os seis deputados ameaçados de cassação pela CPI do Orçamento que ainda integram a Comissão Mista de Orçamento do Congresso terão de entregar seus cargos aos respectivos partidos. Apesar de ter sido adiada para quarta-feira a reunião que trataria ontem do Orçamento deste ano, os líderes partidários decidiram sugerir ao grupo que apresente pedido de renúncia.

“Vamos substituir todos os que estão na lista de punição da CPI”, avisou o líder do PMDB na Câmara, Tarcísio Delgado (MG). Segundo ele, os deputados peemedebistas Cid Carvalho (MA), José Geraldo (MG) e Carlos Benêvides (CE) irão receber, até próxima semana, comunicados da liderança solicitando que abandonem a Comissão de Orçamento. O mesmo procedimento deverá ser adotado pelo PTB, em relação aos deputados Aníbal Teixeira (MG) e Raquel Cândido (RO), e pelo PP, que indicou Flávio Derzi (MS) para Comissão.

A medida tomada ontem pelos líderes não livrará o Orçamento de 1994 do esquema de influên-

cia dos sete anos: é que o grupo atuou na Comissão durante os últimos meses, quando a primeira versão da lei orçamentária estava sendo preparada. Ex-assessores da CPI do Orçamento já identificaram que, apesar dos cortes feitos pelo Governo no primeiro projeto de lei, estão mantidas na planilha de gastos públicos obras sob suspeita de superfaturamento.

É o caso, por exemplo, da Barragem de Pirapama (PE), cuja construção está sob responsabilidade das empreiteiras Odebrecht, OAS e Queiroz Galvão. Esta obra é investigada em inquérito na Polícia Federal desde 1992, quando foram encontrados em São Paulo os disquetes da empresa Verax, pertencente a Paulo César Farias. A barragem de Pirapama é listada pelo esquema PC para cobrança de propinas.

Além da Barragem de Pirapama, o Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNQCS) incluiu novamente em seu Orçamento antigos projetos de irrigação, localizados sobretudo no Maranhão.